

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Política Social e Serviço Social

Sub-eixo: Políticas Públicas Setoriais

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, EDUCAÇÃO E
SAÚDE NO ENTORNO DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA DO RIO DE JANEIRO: REDE,
TERRITÓRIO E PARTICIPAÇÃO.**

ANDREIA DA SILVA LIMA¹

LUANA MARA DA CRUZ TENORIO²

VALERIA DA SILVA VALE³

JAQUELINE TEIXEIRA TARRADT ZANAZI⁴

GABRIELA BARBOSA DE OLIVEIRA⁵

RESUMO:

O presente trabalho é fruto de pesquisa inicial de uma universidade privada no Rio de Janeiro que busca debater a gestão municipal das políticas públicas, analisando sua organização em âmbito local e os entraves oriundos do patrimonialismo, que funda nossa sociedade, e é reinventado pelas práticas gerenciais, que interferem, sobremaneira, na participação e no acesso da população carioca.

Palavras Chave: Gestão, Intersetorialidade, Política Pública, Território, Participação

¹ Centro Universitário Celso Lisboa

² Centro Universitário Celso Lisboa

³ Centro Universitário Celso Lisboa

⁴ Centro Universitário Celso Lisboa

⁵ Centro Universitário Celso Lisboa

ABSTRACT:

This work is the result of initial research at a private university in Rio de Janeiro that seeks to debate the municipal management of public policies, analyzing its organization at the local level and the obstacles arising from patrimonialism, which founds our society, and is reinvented by management practices. , which greatly interferes with the participation and access of the Rio population.

Keywords: Management, Intersectorality, Public Policy, Territory, Participation

Apresentação:

O presente trabalho vem apresentar as primeiras impressões advindas do projeto de pesquisa sobre as políticas públicas de assistência social, educação e saúde no entorno de uma universidade privada carioca, antes de apresentarmos a pesquisas e os resultados preliminares cabe contextualizar sobre o curso de Serviço Social nesta universidade, suas modalidades de ensino, a organização curricular e os desafios frente a mercantilização do ensino superior.

A Universidade no qual essa pesquisa é vinculada está localizada no subúrbio carioca, no bairro do Engenho Novo, uma universidade com mais de 50 anos no mercado de ensino superior, ou seja, nasce e cresce em um momento de ampliação do ensino superior privado durante a Ditadura Civil Militar no Brasil, conforme Netto (2005) indica que “o sistema educacional da autocracia burguesa, erguido num processamento que primeiro incidiu sobre os níveis superiores do ensino. (p. 59/60). E, se mantém no mercado adaptando-se as transformações das décadas seguintes incorporando o Ensino a Distância (EaD) aliado aos cursos presenciais em um prédio que ocupa um quarteirão que ainda marca um tempo das universidades privadas nos bairros cariocas em grandes campus. Atualmente a universidade possui mais de 60 cursos de graduação distribuídos nas modalidades EaD e presencial.

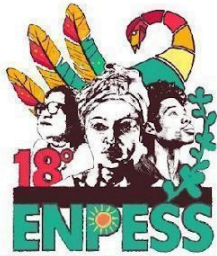
O Curso de Serviço Social nas universidades privadas no Rio de Janeiro tem seu histórico nos anos de 1980, mas na Universidade em questão nunca tinha sido ofertado, até 2022, um momento pós pandemia com cursos de Serviço Social na modalidade presencial fechados na cidade e uma crescente onda de cursos privados de Serviço Social na modalidade EaD nas Instituições de Educação Superior (IES). Nesse contexto é que se abre mais um curso EaD de

Serviço Social, mas com uma demanda reprimida pela modalidade presencial, abrindo assim, em 2023 a primeira turma de Serviço Social Presencial desta universidade. E, desde então mantendo a abertura de turmas presenciais nos turnos da diurno e noturno.

Creemos que esse contexto é importante para que possamos pensar as dificuldades em se pensar em ensino, pesquisa e extensão em um contexto de mercantilização do ensino superior, valorização da modalidade EaD e um curso novo em uma IES privada. Não temos a pretensão de neste texto discutir longamente sobre as particularidades do ensino de graduação em Serviço Social em uma IES privada, mas consideramos importante destacar as tensões entre a defesa do projeto ético político profissional e as exigências de flexibilização e “inovação” que recaem para assistentes sociais que desenvolvem o trabalho como assistentes sociais no magistério superior, como nos apresenta Almeida (2009).

Assim, o curso nesta Universidade Privada, atualmente conta com 4 professores assistentes sociais e 2 professores de outras categorias profissionais (história e pedagogia). No currículo montado foram seguidas as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino Pesquisa e Extensão (ABEPSS) a partir de núcleos de fundamentação teórico metodológicos da vida social, da particularidade da formação sócio-histórica e do trabalho profissional (ABEPSS, 1996, p.10). Debatendo as possibilidades de extensão a partir da aprovação da Resolução 7 de 2018 do Ministério da Educação e Cultura (MEC) sobre a curricularização da extensão, apoiando-se do Documento da ABEPSS sobre a Curricularização da Extensão e Serviço Social de 2022. E, por fim, promovendo a pesquisa como forma de propiciar aos discentes não apenas o ensino, mas a pesquisa e extensão dentro do Projeto Ético Político Profissional.

Assim, em 2024 iniciamos a pesquisa para trazer o debate sobre a organização das políticas públicas municipais de assistência social, saúde e educação do território no entorno da universidade, que se localiza na XIII Região Administrativa que compreende os bairros de: Abolição, Água Santa, Encantado, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Jacaré, Méier, Piedade, Pilares, Riachuelo, Rocha, Sampaio, Todos os Santos, Lins de Vasconcelos e São Francisco Xavier. A Prefeitura do Rio de Janeiro em seu Plano Diretor de 2011 definiu que a cidade é dividida em 163 bairros e desde 2016 tem mensurado o desenvolvimento humano da cidade com o Índice de Progresso Social (IPS). O IPS define o progresso social em três dimensões, a saber: Necessidades Humanas Básicas (Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, Água e Saneamento, Moradia e Segurança Pessoal), Bem-Estar (Acesso ao Conhecimento Básico, Acesso a



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Informação e Comunicação, Saúde e Bem Estar e Qualidade do Meio Ambiente) e Oportunidades (Direitos Individuais, Liberdade Individual e de Escolha, Inclusão e Acesso ao Ensino Superior).

No primeiro edital para formar o grupo de pesquisa conseguimos formar um grupo de quatro alunas, sendo 1 da modalidade EaD e as outras 3 na modalidade presencial. E, iniciamos com um debate teórico sobre política social, política pública, rede, território e participação com o objetivo compreender a dinâmica de funcionamento da Rede Pública de Assistência Social, Educação e Saúde localizada no entorno da universidade, buscando socializar informações sobre acesso e participação da população aos programas, projetos e serviços oferecidos por essas políticas públicas locais. Como também, apresentar a universidade como parte dessa rede que pode ser acessada por essas políticas públicas locais. E, apresentar aos discentes de Serviço Social a pesquisa como parte do caminhar acadêmico e sobretudo, parte da atuação profissional em qualquer espaço sócio-ocupacional.

Caminhos metodológicos: trilhados e a trilhar

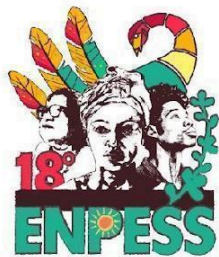
Em nossa metodologia de pesquisa iniciamos com uma compreensão ampliada de política social, através das contribuições de Behring e Boschetti (2011) e Netto (2011) entendendo-a como o resultado da ação do Estado a partir do Capitalismo Monopolista como resposta as lutas da classe trabalhadora contra a exploração da burguesia industrial. Seguimos com a análise que as políticas sociais, em sua dimensão pública, a partir da Constituição Federal de 1988 vem apresentando “novos contornos em função da descentralização de suas ações, das novas feições da relação entre o Estado e a Sociedade Civil e, por conseguinte, da constituição de novas instâncias de controle social” (Almeida e Alencar, 2011, p. 73).

As Políticas Sociais são pensadas, nesta pesquisa, como respostas do Estado as demandas da classe trabalhadora em um momento de ascensão do Capitalismo, conforme, Behring e Boschetti.

“Não se pode indicar com precisão um período específico de surgimento das primeiras iniciativas reconhecíveis de políticas sociais, pois, como processo social, elas se gestaram na confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a Revolução industrial, nas lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal.”(2011, p. 47)

E, que a a partir da virado do Capitalismo Concorrencial para o Monopolista há uma nova forma de intervenção do Estado sobre essas demandas, conforme Netto (2011):

“(…) no capitalismo concorrencial, a intervenção do estatal sobre as sequelas da exploração da força de trabalho respondia básica e coercitivamente às lutas das massas exploradas ou à necessidades de presentvar o conjunto das relações pertinentes à propriedade privada



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

burguesa como um todo – ou, ainda, à combinação desses vetores; no capitalismo monopolista, a preservação e o controle contínuos da força ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem; não está condicionada apenas àqueles dois vetores, mas às enormes dificuldades que a reprodução capitalista encontra na malha de ‘bices à valorização do capital no marco do monopólio.’ (p. 26)

As políticas sociais, possuem uma função pública que a partir da Constituição Federal de 1988 apresenta formas de organização e gestão que vão direcionar suas ações, assim, vamos pensar as Políticas Públicas conforme Almeida e Alencar (2011):

“Suas funções e estrutura articulam racionalidades técnicas, políticas e sociais que resultam do desenho que a relação entre o Estado e a sociedade civil se expressa em cada país, estado ou cidade, tendo em vista que embora tenham uma instância na esfera do Estado, vinculada ao governo federal, elas articulam, em quase todas as áreas, ações e dinâmicas entre os diferentes entes federativos, assim, como em relação a um conjunto amplo de instituições não governamentais.” (p. 65)

A intersectorialidade, rede e território são conceitos importantes para que possamos apreender a política pública em sua forma local. Almeida e Alencar serão nossas referências para análise desses conceitos, entendo que é o nível local, no território, aonde se executam as políticas públicas que se apreende a necessidade de articulação entre as ações de diversas políticas para o atendimento das necessidades da população. Nesse nível local instituições públicas, privadas e não governamentais vão se articular em rede buscando atuar sobre os problemas sociais que acontecem no território.

“(…) a descentralização e a intersectorialidade na gestão da cidade trazem implícito a ideia de território. (...) A relação entre a dinâmica global e a esfera local encontra nos fenômenos da descentralização e da intersectorialidade algumas de forma concreta por meio das quais a vida nas cidades adquire feições políticas da vida urbana contemporânea (...). Ou seja, ante aos modos como que em cada cidade, dada a diversidade de sua cultura política, produzem-se formas de resistência dos sujeitos sociais, ampliam-se as capacidades inventivas e se potencializam práticas solidárias e coletivas que não chegam a superar os processos (...) da pobreza, mas apontam para outros tipos de relacionamento entre seus modos de vida, sua cotidianidade e as redes de serviços sociais, tecidos por fios que não apenas reproduzem a fragmentação decorrente da setorialização da vida social.” (idem, p. 85)

Por fim, vamos pensar a participação a partir do movimento de reivindicação que a sociedade civil realiza no processo de redemocratização e tem como resultado, este conceito aplicado nas políticas sociais brasileiras normatizado na Constituição Federal Brasileira de 1988. E, vai determinar a organização das diversas legislações sociais com essa diretriz:

“A concepção de participação, defendida nos anos 1980, é a gestão nas políticas através do planejamento e fiscalização pela sociedade civil organizada. Ou seja, a interferência política das entidades da sociedade civil em órgãos, agências ou serviços do Estado responsáveis pela elaboração e gestão das políticas públicas na área social. Está relacionada à ampliação dos sujeitos sociais na democratização do Estado brasileiro, tendo no horizonte uma nova relação Estado-Sociedade com a ampliação dos canais de

participação direta. O controle social enquanto direito conquistado pela Constituição Federal de 1988, mais precisamente do princípio “participação popular”, pretende ampliar a democracia representativa para a democracia participativa, de base.” (Bravo, 2009, p. 395-396)

Com esses conceitos e partindo da metodologia crítico dialética entendemos a história das políticas sociais e assistência social, saúde e educação no Brasil e suas principais legislações. Aliando esses estudos teóricos a pesquisa empírica sobre os programas, projetos e serviços dessas políticas sociais que compreendem os bairros da XII Região Administrativa. Nessa parte da pesquisa de campo percebemos as políticas sociais se organizam de forma diferenciada, considerando o território, pois os bairros divergem. Além da discrepância entre o quantitativo de programas e serviços disponíveis por cada política social no território.

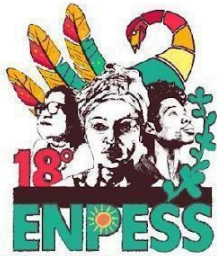
A pesquisa ainda pretende além de trazer uma análise crítica sobre a organização dos serviços e programas da assistência social, educação e saúde do território do entorno da Universidade, também montar um Mapa que favoreça a comunidade acadêmica⁶ contribuindo para participação e acesso. Vamos apresentar agora nossos primeiros resultados.

Políticas Sociais de Assistência Social, Educação e Saúde no entorno de uma universidade privada no Rio de Janeiro: as dificuldades para o fortalecimento da intersectorialidade.

A partir da Constituição Federal do Brasil de 1988 é apresentado um novo arcabouço legal e organizacional para as políticas sociais, no qual a descentralização e a participação social aparecem como novidade em um contexto de redemocratização, após 20 anos de Ditadura Militar que atendeu as demandas da população de forma centralizada e sem participação. Desde então os municípios, com sua autonomia, começam a organizar seus programas, projetos e serviços a partir de sua realidade territorial, considerando sua proximidade com a população usuária e sua participação. Assim, é possível estabelecer formas de acesso e atendimento que consigam realmente atender as necessidades dos cidadãos e cidadãs.

É também na Constituição de 1988 que se apresenta o conceito de Seguridade Social com o tripé de Assistência Social, Previdência Social e Saúde. Que em um contexto de pleno emprego traz a lógica de saúde para todos, previdência para quem trabalha e assistência social para quem dela precisar. Bhering e Boschetti (2011) apresentam que o Brasil a nossa seguridade está centrada em um caráter híbrido no qual conjuga direitos relativos ao trabalho (previdência),

⁶ A Universidade fica aberta das 7 h às 21h e serve como passagem de pedestres que circulam no bairro e liga duas importantes vias do subúrbio carioca, que ligam o trem e ao ônibus para se chegar a zona oeste, centro e zona sul da cidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

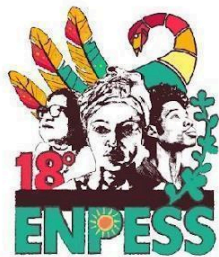
Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

direitos universais (saúde) e direitos seletivos (assistência). Os princípios orientadores da Constituição estão centradas na “universalidade da cobertura, uniformidade e equivalência dos benefícios, seletividade e distributividade nos benefícios, irredutibilidade do valor dos benefícios, diversidade do financiamento e caráter democrático e descentralizado da administração” (Boschetti, 2009, p. 330) poderiam ter elevado a nossa seguridade a uma lógica social, mas a onda neoliberal deixou nossa seguridade inconclusa.

Desta forma, nos anos de 1990 o contexto neoliberal se confronta com a lógica de direitos sociais trazida pela Constituição Federal de 1988, impactando sobremaneira os processos de descentralização e a municipalização das diversas políticas sociais que vai apresentar o município como responsável pela execução das políticas sociais, considerando sua proximidade com a população. Almeida e Alencar (2011) afirmam que esse processo foi marcado por uma dinâmica contraditória e bastante diversificada (p. 73) no qual a cidade passa a ter mais importância para se pensar a gestão das políticas setoriais. Neste contexto, o território e a participação social são conceitos que vão ser apresentados nas diversas legislações que organizam as políticas sociais. Ampliando o debate sobre as ações cotidianas que os serviços e equipamentos públicos e privados de atendimento às frações mais empobrecidas da classe trabalhadora. Ou seja, é no cotidiano que se entrelaçam, de modo singular, a vida de cada vivente à cidade, mediada pela dinâmica de um leque bastante amplo e complexo de instituições sociais e pelo trabalho dos profissionais que atuam nas políticas públicas, dentre os quais os assistentes sociais”. (p. 97)

Na entrada nos anos 2000 é que consolida esse processo em nível local que acata as decisões legais acordadas em âmbito federal, como também é o momento de organização da política de assistência social com a institucionalização da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) em 2004 que apresenta os programas e serviços de atendimento a direto a população a partir de proteções em níveis de complexidade, proteção básica e proteção especial. Inspirando-se na lógica de organização do Sistema Único de Saúde (SUS) regulamentado em 1990. É também neste contexto que a política de educação consolida a atuação intersetorial de atendimento e gestão da pobreza através da institucionalização do Programa Bolsa Família (PBF) que em 2007 apresenta condicionalidades nestas três políticas sociais como estratégia de combate a fome e pobreza.

Monnerat e Souza (2014) apresentam que a intersetorialidade do PBF foca apenas nessas três políticas sociais a partir de desenhos legais, mas que o debate entre as Políticas Sociais e Descentralidade é potencializado pelo agravamento da questão social nas últimas décadas que vai



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

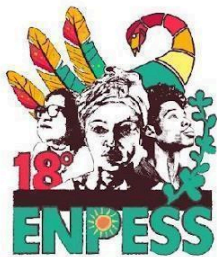
necessitar de uma articulação entre as diversas políticas para o seu enfrentamento. E, que apesar do desenho intersetorial se apresentar em documentos federais como um direcionamento para a gestão e execução das ações municipais, este é um diálogo aberto que depende da organização nos territórios para se efetivar.

Assim, a pesquisa que hora estamos analisando ao pensar a cidade do Rio de Janeiro e o entorno da Universidade considerou a forma de organização das políticas de assistência social, educação e saúde que se estabelecem nos território através das Coordenadorias de Assistência Social (CAS), Coordenadorias Regionais de Educação (CRE) e Coordenadorias de Área Programática da Saúde (CAP). Cada uma é responsável pela gestão e execução territorial de seus programas e serviços. Considerando a grandiosidade da cidade do Rio de Janeiro, há de se concordar que existem diferenças locais na rede socioassistencial que atende a população carioca, a depender das características locais. De acordo com dados do IBGE⁷, a cidade do Rio de Janeiro possui mais de 6 milhões de pessoas, tendo em relação ao gênero sua maioria de mulheres, em relação a cor a maioria de pretos e pardos e em relação a idade, sua maioria de pessoas na fase adulta. Nosso foco é o entorno da universidade no qual apresentamos os programas e serviços de assistência social, educação e saúde, levando em conta a 3ª CAS, 3ª CRE e CAP 3.2.

Assistência Social	Educação	Saúde
04 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)	19 Creches	14 Clínicas da Família
01 Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS)	34 Espaços de Educação Infantil	04 Centros Municipais de Saúde
02 Unidades de Reinscrição Social (URS) para adolescentes do sexo masculino	95 Escolas de Ensino Fundamental	04 Centros de Atenção Psicossocial
02 Conselhos Tutelares	14 Escolas de Educação de Jovens e Adultos	01 Maternidade
		02 Hospitais Municipais
		01 Unidade de Pronto Atendimento Municipal

⁷ Panorama Censo 2022. Disponível em:

https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

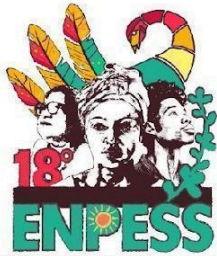
--	--	--

Quadro 1 – Serviços, Programas e Projetos das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde da Cidade do Rio de Janeiro localizados nas áreas das 3ª CAS, 3ª CRE e CAP 3.2

Nossos primeiros resultados mostram a discrepância de serviços, principalmente na assistência social, frente aos serviços de educação e saúde. Importante, salientar que a ampliação dos programas e serviços de educação e saúde estão mediatizados pela Parceria Público Público no qual na saúde temos as Organizações Sociais nas Clínicas das Famílias e UPAS, já nos Centros Médicos e Hospitais não há ainda uma totalidade, mas um caminhar nesta direção. Já na educação a busca pela cobertura total no serviço de creche para o atendimento de crianças de 0 a 3 anos, conforme determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996) acontece a com o pagamento de vagas em creches particulares conveniadas. E, a assistência social não teve ampliação dos CRAS, mas as parcerias público privado acontecem na co-gestão de serviços, principalmente de proteção especial de alta complexidade, como por exemplo as Unidades de Reinserção Social.

A não ampliação dos CRAS vem de encontro com as notícias dos últimos anos, principalmente a partir da pandemia, das grandes filas pelo acesso aos programas de transferência de renda que necessitam da inclusão e atualização de dados pessoais e familiares no Cadastro Único. A estratégia da Secretaria Municipal de Assistência Social foi retirar esse serviço dos CRAS e realizá-los em espaços descentralizados com marcação por telefone e com co-gestão com Organizações Não Governamentais.

Outro ponto está na divisão do território, pois cada política social atende um conjunto de bairros diversos, demonstrando assim, que os projetos, programas e serviços não são organizados por território de forma igual. Pois, cada secretaria possui um divisão territorial diferente, não há uma unidade. Não temos aqui, como afirmar os motivos que fazem essa diferenciação, se são técnicos ou políticos, pois as lideranças políticas locais também interferem na distribuição dos programas e serviços das políticas sociais no território. Uma lógica patrimonial no Brasil faz parte de nossa formação sócio-histórica e não vai desaparecer com a burocracia e será potencializada com o gerencialismo, nas palavras de Gurgel e Souza Filho (2016), “a ordem administrativa brasileira se reestrutura mantendo a imbricação da burocracia com o patrimonialismo, porém num contexto de centralização burocrática e patrimonialismo em transformismo, mediado pelos mecanismos de flexibilização gerencial” (p. 185).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

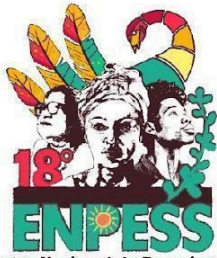
Assim, a intersetorialidade que acontece por determinação federal, mas tem diversas possibilidades no território pode ter entraves em seu cotidiano. Diversas questões podem interferir e nas ações intersetoriais locais, desde a divisão territorial, passando pelas diversas formas de contratação que vão desde os servidores públicos, passando contratados, pelas Organizações Sociais e Organizações Não Governamentais e até mesmos pelos mandos locais. Monnerat e Souza (2014) vão afirmar que essa dificuldade ou fragmentação está presente na história da política social brasileira que sempre foi atravessada por “mecanismos patrimonialistas e corporativistas” (p. 51)

Ainda há muito a avançar na pesquisa, mas apresentar os dados preliminares já indica caminhos que podemos seguir para pensar atravessamento na participação, que já os indicam espaços patrimoniais locais que vão incidir como o acesso e participação da população deve acontecer. Há também a compreensão de como as Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde gerenciam as políticas em âmbito local, já está claro o objetivo da gestão privada junto aos setor público. Mas, há formas diferenciadas em cada política social, não há uma única forma de gestão de Parceria Público Privada na Prefeitura do Rio de Janeiro, importante conhecer e desvelar essas formas de gestão das políticas públicas municipais locais. Outro ponto a ser descoberto está no perfil da população do entorno da Universidade, já iniciamos uma análise a partir dos dados do último Censo, mas as diferenças territoriais dificultam pensar sobre quais bairros serão o foco da pesquisa. Ainda é algo que temos que analisar mais detidamente, pois a lógica inicial por Região Administrativa não contempla a ação das políticas sociais.

Aliado ao compromisso da pesquisa temos as diversas requisições profissionais do magistério e direção de curso de uma IES privada, no qual o tripé do ensino pesquisa e extensão, está mais para uma esteira no qual temos o ensino – extensão – pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, N.L.T. e ALENCAR. M. Serviço Social, Trabalho e Políticas Pública. Editora Saraiva: São Paulo, 2011.
- ALMEIDA, N.L.T. Magistério, direção e supervisão acadêmica. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. ABEPSS/CFESS. Brasília, 2009.
- BEHRING, E. R e BOSCHETTI, I. Política social: fundamentos e história. 9ª Ed. São Paulo, Cortez, 2011. (Biblioteca básica de Serviço Social; v. 2)
- BRASIL. Constituição Federativa do Brasil, 1988.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

BOSCHETTI, I. A política da seguridade no Brasil. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. ABEPSS/CFESS. Brasília, 2009.

CNAS. Política Nacional de Assistência Social. Resolução Nº 145. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 28 out. 2004.

PCRJ. Índice de Progresso Social no Rio de Janeiro, 2022. Disponível em <https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/documents/0431a6811e834acf988d0bffc6def65f/explore>

MONNERAT, G.L e SOUZA, R.G. Intersetorialidade e Políticas Sociais: um diálogo com a literatura atual. In: A intersetorialidade na agenda das políticas sociais. Editora Papel Social. Campinas/SP, 2014.

NETTO, J.P. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. 8ª ed. Cortez: São Paulo, 2011.